

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM

Maria de Nazaré Ferreira da Silva¹

(mariadenzaref@yahoo.com.br)

Prof. Me. Bruna Oliveira Rosa²

(brunarosa3@gmail.com)

Resumo

Este trabalho tem por objetivo compreender como as políticas públicas de inclusão estão sendo implementadas no âmbito da educação infantil para a garantia de uma educação de qualidade no município de Parintins. Para atingir este objetivo foi utilizada a metodologia de natureza qualitativa com suporte de dados quantitativos. A técnica da entrevista foi empregada na coleta dos dados. O método usado na análise desses dados foi análise do conteúdo. Participaram da pesquisa os gestores das políticas públicas que mantém relação com a educação infantil no município de Parintins. Os resultados apontam uma significativa contribuição das políticas públicas de inclusão e como estão influenciando a qualidade de ensino em Parintins.

Palavras-Chave: Políticas Públicas, Inclusão, Educação de qualidade, Parintins.

Abstract

This work aims to understand how the public policies of inclusion are being implemented in the context of early childhood education for ensuring a quality education in the city of Parintins. To achieve this goal has been used qualitative methodology supported by quantitative data. Interview technique was employed in the collection of the data. The method used in analysis of the data was discourse analysis. Managers participated in the research of public policy that maintains relationship with early childhood education in the city of Parintins. The results show a significant contribution of public policies of inclusion and how are influencing the quality of education in Parintins.

Keywords: public policy, Inclusion, quality education, Parintins.

¹Maria de Nazaré Ferreira da Silva graduada em Normal Superior pela Universidade do Estado do Amazonas e Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Amazonas.

²Bruna Oliveira Rosa Mestre em Engenharia de Transportes. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.

INTRODUÇÃO

O conceito de educação infantil como direito social é relativamente recente na realidade educacional brasileira, pois as crianças, do nascimento aos seis anos de idade, adquiriram, com a Constituição Federal de 1988, o direito de serem educadas em creches e pré-escolas na sua comunidade. O caráter reducionista do assistencialismo voltado para a prevenção da carência ambiental, da doença, da fome como forma de compensar as mazelas sociais vem assim, gradativamente, sendo rompido.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96) e o Referencial curricular nacional para educação infantil (BRASIL, 1998) representam um grande avanço conceitual, colocando a educação infantil como primeira etapa da educação básica. Esta tem por finalidade o desenvolvimento integral de “todas” as crianças, do nascimento aos seis anos (art. 58), inclusive as com necessidades educacionais especiais, promovendo seus aspectos físico, psicológico, social, intelectual e cultural.

A inclusão é um processo dialético complexo, pois envolve a esfera das relações sociais inter e intrapessoais vividas na escola. No seu sentido mais profundo, vai além do ato de inserir, de trazer a criança dentro do centro de educação infantil. Significa envolver, compreender, participar e aprender.

Dessa forma, a educação infantil enfrenta hoje um grande desafio: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas creches e pré-escolas. Compreendemos que essa nova situação - a construção do conhecimento de alunos que apresentam níveis e possibilidades diferentes tem trazido para o professor muita ansiedade, medo e alguns questionamentos.

Diante dessa realidade sentiu-se a necessidade de compreender como as políticas públicas de inclusão estão sendo implementadas no âmbito da Educação Infantil para a garantia de uma educação de qualidade. Este é, portanto, o objeto desta pesquisa. Dessa forma, buscou-se identificar quais são as políticas públicas de inclusão voltadas para a Educação Infantil; verificar quais as políticas públicas de inclusão implementadas na Educação Infantil no município de Parintins, descrevendo como estão sendo implementadas tais políticas, visando entender como as políticas públicas estão influenciando a qualidade de ensino em Parintins.

O referido estudo foi realizado no município de Parintins, localizado no interior do estado do Amazonas. Sendo dividido em três etapas: o levantamento bibliográfico; a pesquisa documental e a pesquisa de campo se utilizou de documentos e banco de dados da Secretaria Municipal de Educação na Coordenação da Educação Inclusiva responsável pela gestão das políticas públicas de inclusão implementadas na Educação Infantil no município de Parintins, as quais foram realizadas em períodos diferentes, mas manteve-se relação entre si.

A pesquisa qualitativa com abordagem no método análise do conteúdo conduziu o trabalho e a técnica para levantamento de dados foi a técnica da entrevista semiestruturada, por meio de perguntas fechadas e abertas, cujos sujeitos da pesquisa foram os gestores das políticas públicas que mantêm relação com a Educação Infantil no município de Parintins.

Assim, o artigo estrutura-se em: introdução, método ou formalismo, resultados e discussões, considerações finais e referências.

1. MÉTODO OU FORMALISMO

A pesquisa consistiu em ser de natureza qualitativa, posto que esta buscou compreender a implementação das políticas públicas de inclusão para o Ensino Infantil creche (3 anos) e pré-escola (4 e 5 anos) a partir da visão de mundo dos sujeitos pesquisados, levando em consideração suas percepções, conforme afirma Minayo (2010), a pesquisa qualitativa não se preocupa em quantificar, mas em compreender a realidade.

A pesquisa foi realizada no município de Parintins, localizado no interior do estado do Amazonas, distante cerca de 420 km de Manaus, capital do referido estado. Para desenvolvimento desse estudo, a execução do projeto foi dividida em três etapas, as quais foram realizadas em períodos diferentes, mas manteve-se relação entre si. Assim, a primeira etapa foi o levantamento bibliográfico; a segunda a pesquisa documental e a terceira a pesquisa de campo.

O método de procedimento foi a análise do conteúdo, este diz respeito ao sentido do discurso a partir das falas dos interlocutores da pesquisa. Contudo, para dar suporte a esse procedimento, primeiramente realizou-se o levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos, revistas e sites da internet, com vistas a elaborar constructos teóricos acerca das categorias analíticas: *política pública; educação infantil e gestão pública*. Também se utilizou de documentos e banco de dados da Secretaria Municipal de Educação na Coordenação da Educação Inclusiva responsável pela gestão das políticas públicas de inclusão implementadas na Educação Infantil no município de Parintins.

Por fim, empregou-se como instrumento para coleta de dados um formulário com perguntas fechadas e abertas visando apreender o discurso dos interlocutores da pesquisa.

A população de informantes foram os 3 gestores das políticas públicas que mantêm relação com a educação infantil no município de Parintins, sendo 2 assistentes sociais e o Coordenador da Educação Inclusiva. A amostra de interlocutores foi definida a partir da pesquisa exploratória e ao longo do desenvolvimento da pesquisa, visto que para se retirar uma amostra da população precisou-se primeiro identificar quais são as políticas públicas implementadas no âmbito da Educação Infantil.

Para coletar os dados primários junto aos interlocutores da pesquisa utilizou-se a técnica da entrevista semiestruturada, por meio de perguntas fechadas e abertas, tendo por suporte o formulário.

O tratamento e a análise dos dados se deu à luz da abordagem qualitativa, onde todos os dados coletados foram descritos e analisados com base no referencial teórico levando em consideração as categorias analíticas: política pública; educação infantil e gestão pública.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico serão apresentados os resultados da pesquisa acerca do objeto estudado. Para tanto, destaca-se, primeiramente, quais as políticas públicas de inclusão voltadas para a Educação Infantil.

Quadro 1 – Marco Legal, Evolução das Políticas Públicas de Inclusão no Brasil

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Estabelecer a igualdade no acesso à escola, sendo dever do Estado proporcionar atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989	Art. 1º, as normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.
Declaração de Salamanca realizada em 7 e 10 de junho de 1994	Demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96	Art. 58§ 1º, garante que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.
Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que institui Diretrizes Nacionais na Educação Básica.	Art. 1º, em seu Parágrafo único, determina que o atendimento escolar desses alunos tenha início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado. Art. 2º os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.
Resolução CNE/CEB nº 4/2009 em seu art. 1º, para implementação do Decreto nº 6.571/2008.	Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. Art. 2º o AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Fonte: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2004.

Posteriormente, apresenta-se quais políticas públicas de inclusão estão sendo implementadas na Educação Infantil no município de Parintins. Igualmente, descreve-se como estão sendo implementadas tais políticas e como estas estão influenciando a qualidade de ensino no município supracitado.

1. Formação Continuada

A inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino realmente acontecerá de forma a melhorar a qualidade da aprendizagem quando houver por parte de gestores, professores, monitores e todos aqueles que lidam diretamente com os alunos com deficiência a capacidade de ousar e pensar diferente. Os alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA inclusos na sala comum de ensino desafiam a escola a se superar, pois esta precisa se reestruturar para receber esses alunos. E a

capacitação de professores para atender a demanda vigente é imprescindível, pois o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA perpassa por uma pedagogia estruturada, pela mediação de um profissional capacitado para organizar o seu dia a dia em todas as áreas.

A pesquisa identificou que no que se refere ao eixo “Formação Continuada”, determinação da LDB para a qualidade do ensino na Educação Inclusiva, a Secretaria Municipal de Educação – SEMED, do município de Parintins ofereceu ao longo do ano de 2018 ações voltadas à concretização da formação de profissionais que atuam na política de educação municipal.

Diante disso, uma das ações de Formação Continuada ocorreu em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFAM (Programa Arumã) juntamente com a Secretaria Municipal de Educação – SEMED oferecendo Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado (AEE) para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e para estudantes com Deficiência Auditiva – Surdez onde atendeu professores das Salas de Recursos, monitores de Atendimento Educacional Especializado tendo concluídos 98 participantes.

No decorrer do ano de 2018 aconteceu o “Curso em Braille” - Coordenação de Educação Inclusiva e Biblioteca Braille, atendendo 19 cursistas sendo professores da Sala Comum e monitores de Atendimento Educacional Especializado, ministrado pelo Professor Carlos Alberto Bruce Fragata – Professor do Setor Braille de Parintins.

O curso culminou com a Oficina de Artes direcionada aos professores das Salas de Recursos, Coordenadores Pedagógicos e monitores de Atendimento Educacional Especializado, ministrada pelas professoras Ângela Cruz e Andréia Maia, com a participação de 35 cursistas.

A formação continuada lança o professor a refletir sobre seu fazer docente, os seus referenciais teórico-metodológicos, sua postura frente à diversidade presente em cada escola, em cada sala de aula. Daí, a importância da formação continuada de gestores, professores, monitores de alunos com deficiência, coordenadores pedagógicos para promoção da educação na perspectiva da inclusão educacional. Partindo desse pressuposto, é possível observar ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação com o objetivo de consolidar a Educação Inclusiva nas Políticas Nacionais referentes à formação de professores em Educação Inclusiva.

2. Rede de Apoio: Assistência Social, Saúde e Intersetorialidade.

A retomada da parceria intersetorial no ano de 2017 configura-se um grande passo da Secretaria Municipal de Educação - SEMED por meio da Coordenação de Educação Inclusiva, continuando no ano 2018, pois a inclusão acontece de forma colaborativa. As ações intersetoriais baseadas na inclusão tornou-se uma realidade no município de Parintins, ainda que desafiadora.

Nesta perspectiva, os alunos com deficiência estão sendo assistidos pelos serviços da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA disponibilizando atendimentos clínicos em: Oftalmologia, pediatria, fisioterapia, psicologia, clínico geral, odontologia, urologia, dermatologia, fonoaudiologia e neuropediatria, medicamentos

e fraldas. Essas ações estão em consonância com o Plano Municipal de Educação (2015/2025) que enfatiza:

Promover e articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, a fim de desenvolver estratégias de atendimento voltadas à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtorno global do desenvolvimento com a idade superior a faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida. (PME, 2015/2025. p.92).

A rede de apoio à Educação Inclusiva ainda conta com a parceria da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEMASTH com serviços do Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS e dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, dando suporte quanto ao atendimento às famílias dos alunos, empoderando-as no que tange aos direitos à cidadania, segundo o Documento subsidiário à Política de Inclusão (2005, p.46) “essa união de esforços e recursos relacionados à inclusão escolar da pessoa com necessidades educacionais especiais pode se concretizar através da criação de uma Rede de Apoio à Educação Inclusiva”.

Os serviços da Assistência Social do Setor de Educação Inclusiva desenvolve um trabalho voltado para o acompanhamento às famílias dos alunos com deficiência realizando visita domiciliar, assessoramento no âmbito escolar e clínico, trâmites de Tratamento Fora de Domicílio - TFD, Benefício de Prestação Continua – BPC consolidando e fortalecendo as ações sociais voltadas para educação inclusiva, que representa novas perspectivas no acesso e permanência do aluno com deficiência na rede municipal de ensino, proporcionando condições para uma educação de qualidade para todos (REIS, 2015).

O aluno só consegue aprender quando está bem assistido em todas as áreas de sua vida, de seu desenvolvimento biopsicossocial. No ano de 2018 permaneceu-se com a parceria com os setores da Saúde, Assistência Social, Conselho Tutelar e demais setores, que juntos constituem uma equipe interdisciplinar. Neste sentido o Documento Subsidiário à Política de Inclusão (2005, p. 46) assegura que:

Uma equipe interdisciplinar poderá ser constituída por profissionais da educação especial, pedagogia, psicólogo, fonoaudiólogo, assistente social, bem como profissionais que atuam como conselheiros tutelares, agentes comunitários de saúde, e outros conforme o contexto de cada comunidade.

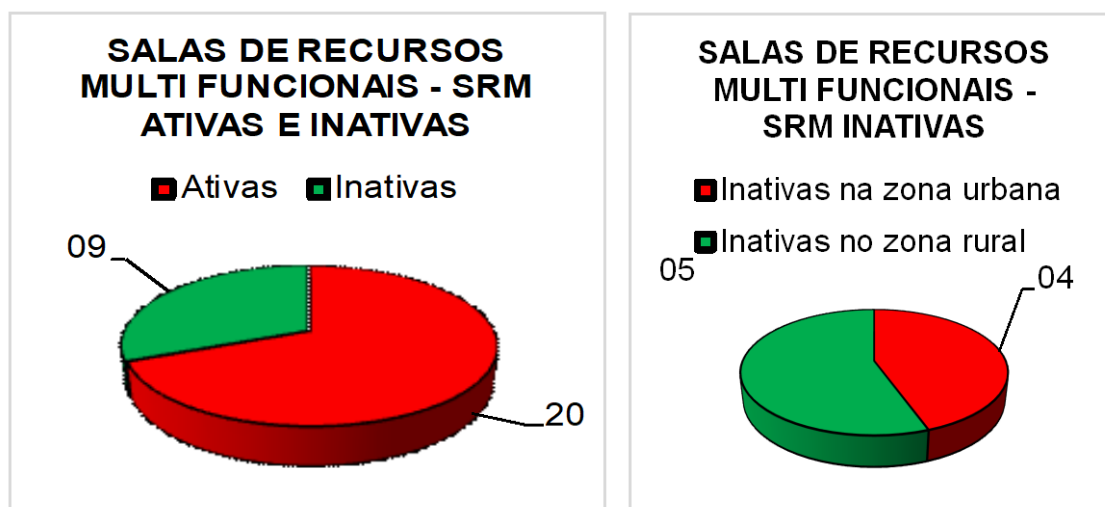
Uma rede de apoio que colabora significativamente com o bem estar dos alunos com deficiência, melhorando sua qualidade de vida social, educacional e familiar. Pois a educação inclusiva é o principal alicerce para o desenvolvimento social das pessoas com deficiência.

Outro espaço que favorece essa intersetorialidade diz respeito às salas de Recursos, as quais foram implementadas por meio do “Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade” e são mantidas em funcionamento pelas escolas, sob orientação da Secretaria de educação do município. De acordo com o MEC/SECADI

(2010, p. 20), o referido Programa tem por objetivo: “Contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais”.

Atendendo a Política de Inclusão, o município de Parintins tem implantadas nas escolas rede municipal de ensino 29 salas de recursos multifuncionais – SRM dentre elas, 20 ativas e 09 inativas (04 na sede e 05 no campo) como mostra o gráfico abaixo:

GRAFICO 01: SALAS DE RECURSO MULTIFUNCIONAIS – SRM



Fonte: SEMED – Coordenação de Educação Inclusiva 2018.

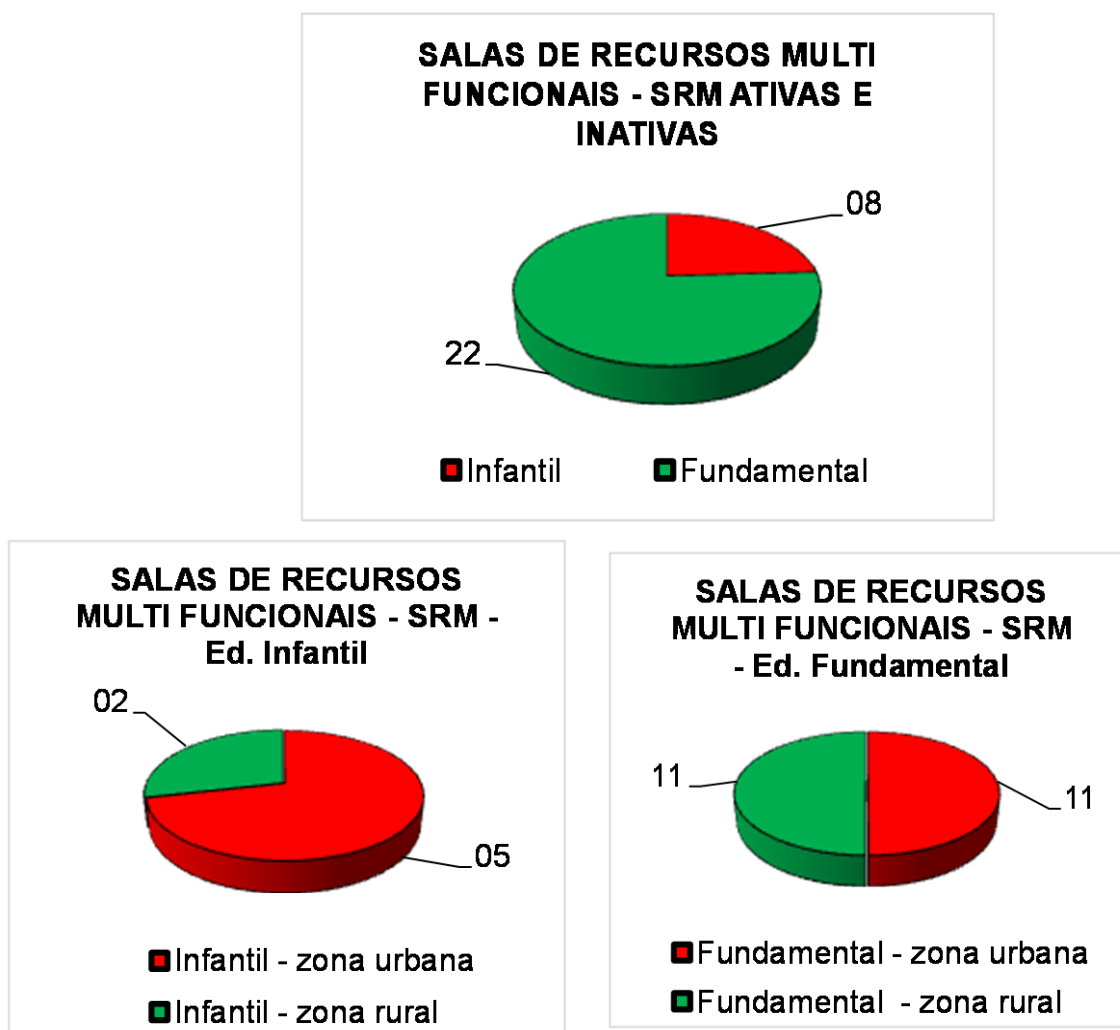
Essas salas dão suporte aos alunos com deficiência por meio do atendimento educacional especializado – AEE, serviço da educação especial realizado no contexto da escola comum, atendendo os alunos, público-alvo da Educação Especial alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação no contra turno.

De acordo com as diretrizes da nova política:

A educação especial é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços, realiza o atendimento educacional especializado e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (REVISTA INCLUSÃO, p 15).

Dessa forma, a rede municipal de ensino dispõe de salas de recursos multifuncionais – SRM na Educação Infantil atendendo os alunos com deficiência de 03 a 05 anos de idade, no Ensino Fundamental e na Educação de jovens e adultos – EJA, tanto na sede quanto na Educação do Campo. As salas de recursos multifuncionais – SRM estão distribuídas de acordo com o gráfico abaixo.

GRAFICO 02: SALAS DE RECURSOS MULTI FUNCIONAIS – SRM



Fonte: SEMED – Coordenação de Educação Inclusiva 2018.

Os gráficos pontuam que a implementação dessas salas de recursos multifuncionais – SRM configuram-se um verdadeiro avanço no processo de inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino, uma vez que isso revela o compromisso da administração municipal para com a educação dos cidadãos parintinenses, que hoje atende um quantitativo de 17.428 de alunos com base no EDUCACENSO, dentre eles 331 alunos com deficiência sendo que 179 estão na sede e 152 fazem parte da educação do campo. Estes são assistidos pelos professores de educação especial: professores que atendem nas Salas de Recursos Multifuncionais – SRM fazendo o atendimento educacional especializado-AEE e professores de alunos com TEA que fazem a mediação no processo ensino e aprendizagem desses alunos na sala comum.

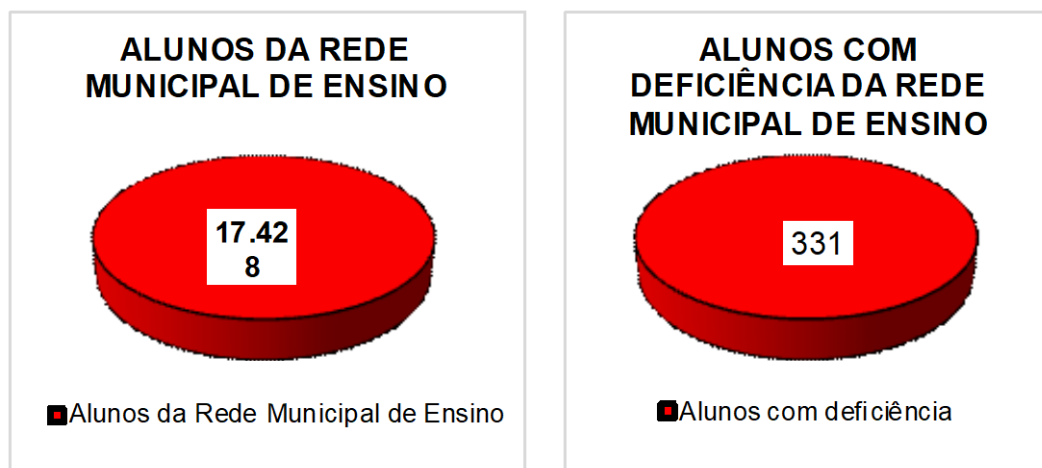
GRAFICO 03: PROFESSORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

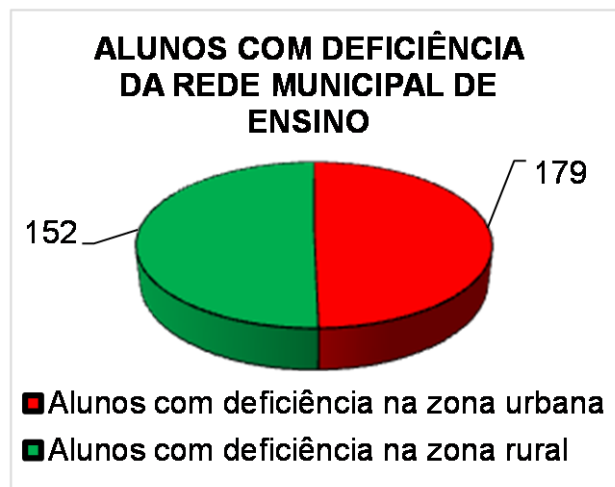


Fonte: SEMED – Coordenação de Educação Inclusiva 2018.

Os números revelam que o município está atendendo aquilo que prevê o Plano Municipal de Educação – META 4/ Estratégia 4.7, (2015/2025/, p.90) em que o município deve: “Garantir em regime de colaboração a oferta da educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sobre a alegação de deficiência e promovida á articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado”. Por meio dessa estratégia os alunos com deficiência têm garantido aquilo que lhe é direito, o acesso e permanência a educação com qualidade.

GRAFICO 04: TOTAL DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM 2018





Fonte: SEMED – Coordenação de Educação Inclusiva 2018.

Para melhoria no processo ensino e aprendizagem desses alunos, o setor de educação inclusiva acompanhou os atendimentos, tanto na sala comum quanto nas salas de recursos multifuncionais – SRM fazendo orientações pedagógicas junto aos 17 professores que fazem o atendimento educacional especializado – AEE, onde 11 são da sede e 06 da educação do campo. A orientação se deu também acerca da organização da SRM, sobre o Plano de Atendimento Educacional Especializado; realização de estudos de caso, organização do cronograma de atendimento, relatórios de atendimentos, parecer pedagógico, materiais pedagógicos adaptados, os afazeres dos monitores de alunos com deficiência, documentações dos alunos, solicitações de atendimento clínico e a dinâmica do processo de inclusão.

Os 143 monitores de alunos com deficiência também receberam instruções acerca das suas atribuições, sendo que 85 estão nas escolas da sede e 58 nas escolas da educação do campo, que dão suporte a esses alunos no contexto da sala comum no que tange a alimentação, higiene, e locomoção e nas atividades sociorecreativas, auxiliando o professor regente nas atividades pedagógicas em sala de aula.

Diante disso, a SEMED – Educação Inclusiva oferta àquilo que está assegurado na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), que diz: “Art. 28. II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena”. (LBI, 2015, p. 62).

E é com responsabilidade, compromisso e respeito à educação para todos que há a implementação das Políticas Públicas de Inclusão Nacional e do Plano Municipal de Educação – PME (2015/2025), efetivando e ofertando o que a Lei assegura aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados nas escolas da rede municipal de ensino tem-se um marco na educação da rede municipal de ensino, pois Parintins é um dos poucos municípios que atenderam a Lei nº. 12.764/12 (Lei Berenice Piana).

A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista deixa claro que os alunos com TEA matriculados na escola comum de ensino precisam de um atendimento adequado às suas especificidades, que esses sejam assistidos por profissionais capacitados como dispõe em seu: “Art. 59. III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

A assessoria técnica-pedagógica tem por finalidade dar suporte à escola, aos professores que enfrentam as dificuldades e as incertezas da sala de aula, afinal, a cada dia surgem novos desafios diante de se fazer educação em meio à diversidade de alunos, orientando-os quanto às estratégias educacionais inclusivas tendo como questão as diferenças e para que estes não se sintam sozinhos neste processo que é complexo e delicado em que ao mesmo tempo em que ensinam, são aprendizes (BERETA, 2018).

A pesquisa revelou que os objetivos quanto Assessoramento Técnico-Pedagógico – Apoio às escolas para a construção da escola inclusiva foram parcialmente alcançados por meio das estratégias que envolveram as formações continuadas e no monitoramento nas escolas, da sede e do campo, onde há alunos com deficiência.

Tendo o público-alvo de 173 profissionais, dentre os quais: professores de sala de recursos multifuncional – SRM, professores dos alunos com TEA e monitores de alunos com deficiência, além, de gestores, coordenadores pedagógicos e professores da sala comum que tem em sua sala alunos com deficiência. Mas, no que tange a monitoramento pedagógico nas escolas, a equipe não consegue alcançar todas as escolas, principalmente nas escolas do campo devido algumas situações que impedem a realização de ações, monitoramento e a equipe chegar para efetivação integral das funções desta coordenação.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no seu Artigo 05 diz que “a fim de promover a igualdade e eliminar a discriminação, os Estados Partes adotarão todas as medidas apropriadas para garantir que a adaptação razoável seja oferecida” (MARCOS POLÍTICOS LEGAIS, 2010, p.37). Assim a Secretaria Municipal de Educação, através da Coordenação de Educação Inclusiva – EDINC realizou em parceria intersetorial ações que colocassem em evidência as datas comemorativas como forma de luta e resistência das pessoas com deficiência que abarcam não somente questões de direitos, mas sobremaneira questões que envolvem a valorização do ser humano, suas dificuldades e potencialidades. Sendo assim, foram desenvolvidas 08 ações que envolveram as seguintes datas: Dia Internacional da Síndrome de Down, Dia Mundial de Conscientização do Autismo, Dia Nacional do Sistema Braille, Dia Nacional de LIBRAS, Dia Nacional do Surdo, Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, Dia Nacional da Pessoa com Deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil, apesar de ter mais de um século de história como cuidado e educação, extradomiciliar, apenas nos últimos anos foi reconhecida como dever do Estado e como primeira etapa da Educação Básica, conforme já citado neste artigo. As mudanças aconteceram não apenas na nomenclatura, porém no conceito de Educação Infantil, passando a mesma de acolhimento ou assistencialismo para direito

educacional, pois as crianças que hoje freqüentam as escolas de Educação Infantil devem ser cuidadas e educadas.

Percebe-se, que alguns problemas ainda persistem, pois o cuidar e educar determina espaços físicos adequados, materiais pedagógicos, profissionais habilitados, ou seja, muitos investimentos que podem ser resolvidos com investimentos de fundos adequados e políticas públicas para a Educação Infantil que sejam operacionalizadas com a mobilização de todos os atores sociais envolvidos.

A prática educacional consciente e reflexiva determina possibilita aos educadores e pesquisadores uma abertura ao conhecimento e ao novo, para que se possa contribuir substancialmente com a edificação da identidade da Educação Infantil com vistas a educação inclusiva concreta, uma educação pública, popular e humanizadora não somente para o município de Parintins, mas para todo o Brasil.

Diante da discussão apresentada, conclui-se que as políticas públicas de inclusão, conforme preconiza a LDB, são implementadas no Ensino Infantil, na rede municipal de ensino, no município de Parintins. Essa implementação, em seu todo, enfrenta desafios que precisam ser superados, cujas respostas para superação de tais desafios podem ser desveladas por meio do trabalho intersetorial entre as políticas e instituições voltadas a esse fim, por meio da articulação das esferas municipal, estadual e da União, bem como através de estudos e pesquisas que visem contribuir com a produção de conhecimento na área da gestão e implementação de políticas públicas de inclusão. Nesse sentido, destaca-se que o tema não está esgotado e, portanto outros pesquisadores podem lançar mão da pesquisa acerca dessa temática, revelando outros caminhos e outras pontes com destaque para a questão da acessibilidade, construção de novas creches e adequações das já existentes que ainda não atendem as políticas públicas de inclusão as quais estão asseguradas em documentos legais, porém necessitam ser implementados na prática do âmbito educacional da Educação Infantil.

AGRADECIMENTOS

SEMED (Secretaria Municipal de Educação)

REFERÊNCIAS

BERETA, Mônica Silveira; VIANA, Patrícia Brelaz de Macedo. **Os benefícios da inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares**. Disponível em:< <http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/revposgraduacao>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

BRASIL. **Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial**. Marcos – Políticos Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/Secretaria de Educação Especial – Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases**. Lei Nº. 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS. Secretaria Municipal de Educação, Juventude, Esporte e Lazer. **Plano Municipal de Educação de Parintins 2015/2025**. Parintins – AM, 2015, p. 92.

REIS, Luciana Juliane Marques dos. **A Política Educacional voltada para Pessoa com Deficiência no Brasil**: parâmetro dos últimos censos educacionais. Disponível em:< <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/anais-joinpp-2015.html>>. Acesso em 25 nov. 2018.